

ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos TRINTA E HUM DE JANEIRO de 2022, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via aplicativo *MEET*; PRESENÇA da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel; COMPOSIÇÃO DA MESA: **Sociedade Civil** André Henrique Beneit, Vice-Presidente.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Aprovação da ata da reunião anterior: aprovou-se o envio por e-mail aos conselheiros/as/es, devendo estes indicar na resposta à mensagem também por e-mail, a sua aprovação ou, em caso de não aprovação da ata, as alterações a serem feitas.

2. Apresentação de temas:

2.1. Votação das datas das reuniões para o ano de 2022:

A Presidência lembrou que, por falta de quórum, a última reunião do ano da 2021 deste Conselho, marcada para dia 20/12/2021, foi cancelada. Na Pauta desta reunião constava o tópico de agendamento das reuniões do ano 2022. Ficou definida por votação e foi decidido pelos/as/es conselheiros/as/es que a última quinta-feira de cada mês, às 17:00 horas, será a nova data de realização das reuniões do Conselho.

2.2. Escolha da data da eleição da nova presidência e vice-presidência.

A Presidência lembrou também que, na mesma pauta cancelada constava o tópico de agendamento da data de eleição da nova Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+. Por consenso, foi decidido que a eleição se iniciaria ao fim da pauta da reunião em curso, devendo os/as/es candidatos/as/es às vagas se manifestarem no chat. Manifestaram sua candidatura a Presidência, os conselheiros André Sardão e Gil Santos, e para a Vice-Presidência, a conselheira Fe Maidel.

2.3. Encaminhamento dos casos de usuários com problemas referentes ao tratamento hormonal nas UBSs da capital.

O conselheiro André Sardão solicitou que o assunto fosse tratado em outro momento da pauta, justificando que os usuários interessados ainda não haviam conseguido comparecer a reunião, mas o fariam antes que ela se encerrasse. O conselheiro Gil Santos pediu a palavra, se identificando como conselheiro gestor da UBS Santa Cecília, e afirmou que não poderia solucionar as denúncias das quais não tivesse conhecimento. Manifestou também eu ante aos fatos, uma vez que participa de um grupo no aplicativo Whatsapp com 140 usuários/as/es trans e travestis que trata de hormonioterapia nesta UBS, e ainda assim afirma não chegou ao seu conhecimento essas denúncias. Por fim, enfatizou a necessidade de as denúncias em questão sejam analisadas e comprovadas.

A Presidência solicitou ao conselheiro André Sardão que avisasse quando os usuários interessados estivessem presentes na reunião para que o assunto fosse retomado. Logo em

seguida, assim que o usuário ingressou na reunião, o assunto foi retomado a partir da fala da conselheira Tânia Regina, que explanou sobre os casos.

Primeiramente, sobre a dificuldade de ser acompanhado na UBS Santa Cecília, a conselheira Tânia a caracterizou como retroativa, pois trata de fatos que aconteceram há três gestões atrás, o que dificultaria sua resolução; além disso, pontuou que, do ponto de vista da Secretaria Municipal de Saúde, a UBS Santa Cecília é referência.

A respeito da segunda queixa, ser atendido por ginecologistas, a conselheira Tânia citou o protocolo municipal e a portaria federal nº 2803 de novembro de 2013, que determina que várias especialidades médicas podem atender dentro do processo transexualizador, e afirmou que os profissionais da UBS em questão são capacitados para tal atendimento.

A conselheira Tânia também explicou que, apesar de todas as queixas serem encaminhadas rapidamente, há uma grande demanda pela UBS Santa Cecília, que representa quase que a totalidade dos atendimentos relacionados ao processo transexualizador no município.

Nesse momento, o usuário interessado ao invés de pedir a palavra, abriu seu áudio, ao que a Presidência pediu que ele se comunicasse por meio do chat, segundo ela de acordo com o determinado pelo Regimento. O cidadão, então, saiu da reunião.

A conselheira Tânia prosseguiu, a respeito do questionamento sobre o fluxo da fila para cirurgias do processo transexualizador, em especial a demora, e explicou que a gestão da fila é realizada por um órgão estadual, que há poucos hospitais que realizam essas cirurgias, ainda com pouca frequência, o que contribui para o aumento no tempo de espera. Por outro lado, compartilhou os dados positivos das cirurgias no ano de 2021, que representam um aumento em relação a anos anteriores.

A conselheira Nicolle Mahier parabenizou a conselheira Tânia pelos resultados, apontando a dificuldade de articulação com hospitais para que realizem esse tipo de cirurgia, mas pediu que, quando houver denúncia como essas, não sejam citados os nomes das pessoas denunciantes, argumentando que há o que ela classifica como escalonamento da transfobia em níveis baseado nas vulnerabilidades apresentadas pela pessoa trans. A conselheira Tânia respondeu reconhecendo a existência dessas questões trazidas pela conselheira Nicolle Mahier, e apresentando ações que estão sendo feitas para minimizar essa realidade, como as sensibilizações das unidades de saúde e o desenvolvimento de um curso EAD sobre direitos LGBTI+.

2.4. Ações pautadas pelo GT Relações Institucionais

A Presidência passou a citar ações que foram pautadas na reunião, no mês de dezembro, do GT de Relações Institucionais, em que participaram, além dela própria, os conselheiros André Sardão e André Henrique: primeiramente, a preocupação sobre o uso recreativo de drogas pela comunidade LGBTI+, razão pela qual está sendo iniciada uma articulação intersecretarial para lidar com a questão de maneira focada, especialmente considerando as violências contra pessoas LGBTI+ em lugares monitorados pelo tráfico, o que pode resultar em uma campanha. A Presidência citou, para exemplificar essa violência, as mortes recentes na região da Cracolândia, que ainda estão sendo apuradas; sobre elas, a Presidência afirmou já ter entrado em contato com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e com a conselheira Tânia, e sugeriu que seja criado um GT para tratar do assunto,

com o conselheiro André Henrique liderando. O conselheiro André Henrique aceitou participar, assim como os/as/es conselheiros/as/es André Dias Sardão, Fe Maidel, Aysha Cristiane e Monteiro Seth

Outra ação pautada na reunião do GT de Relações Institucionais foi a necessidade da criação de um censo sobre a população LGBTI+ do município. A presidência lembrou que, na reunião, foi mencionado o fato de já haver entendimentos neste sentido e que a pauta trazida poderia acelerar o processo de Parcerias, viabilizando o pleito. Informou que essas negociações haviam caminhado satisfatoriamente e que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania lançará em breve o Cadastro Municipal LGBTI+, para colher dados sociodemográficos sobre essa população, conclamando a todos/as/es que divulguem o Cadastro e incentivem o preenchimento. A Presidência parabenizou o Conselho pela conquista. O conselheiro André Sardão também parabenizou o conselheiro André Henrique e a Prefeitura de São Paulo.

A Presidência explicou que o Cadastro ainda está sendo desenvolvido, sobre uma plataforma oferecida sem custo por um parceiro, e que em breve trará mais informações.

O conselheiro André Henrique manifestou sua preocupação quanto a metodologia da pesquisa, ao que a Presidência respondeu com a leitura do termo de uso, objetivos e cuidados com os dados, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O suplente Alexandre Serdeira sugeriu que seja recuperada, pela Coordenação, uma pesquisa de 2017 sobre o consumo da população LGBTI+ para que seja cruzada com os dados do Cadastro Municipal LGBTI+. A Presidência manifestou sua preocupação com o teor invasivo que questionamentos sobre consumo individual costumam ter em pesquisas, esclarecendo que o objetivo do Cadastro é entender de maneira mais ampla a realidade da população; ainda assim, irá requisitar a pesquisa como comparação.

A Presidência disse que, quando for possível, o Cadastro será trazido de maneira teste para o Conselho, para que todos/as/es conselheiros/as/es sintam-se à vontade com o uso.

A conselheira Nicolle Mahier posicionou-se de maneira contrária ao uso da palavra “recreativa”, referindo-se ao tópico anterior. A respeito do Cadastro, questionou o que será feito com os dados após serem coletados, qual autoridade será responsável pela gestão, quem está definindo as perguntas e qual exatamente o objetivo do Cadastro. A Presidência respondeu que os dados serão usados para a elaboração do perfil da população LGBTI do município e que ela está liderando pessoalmente o desenvolvimento da pesquisa, em razão de sua experiência prévia em assuntos de TI, junto com a equipe da Coordenação de Políticas para LGBTI+. Quanto ao acesso da população à pesquisa, esclareceu que está em estudo a possibilidade dos cinco (5) Centros de Cidadania LGBTI do município serem disponibilizados para que as pessoas possam responder à pesquisa de maneira sigilosa, dentro de suas instalações. A partir da coleta dos dados, estes serão utilizados para subsidiar a melhoria ou a criação de políticas públicas municipais. A conselheira Bárbara Quenca questionou se existe financiamento para a pesquisa, como será o atendimento a pessoas em vulnerabilidade e como será a divulgação, ao que a Presidência respondeu que a plataforma foi doada pelo parceiro e que a prefeitura está colocando à disposição os equipamentos relacionados à rede de atendimento LGBTI+ para atender especialmente as pessoas em vulnerabilidade, e que a divulgação será feita por todos os meios que a

Prefeitura possui. Em seguida, a conselheira Bárbara Quenca questionou sobre a segurança dos dados, ao que a Presidência respondeu que ainda está sendo desenvolvido. A conselheira Bárbara Quenca enfatizou seu posicionamento favorável ao Cadastro, propondo que a segurança seja um eixo central e sugerindo que sejam convidadas universidades públicas para participarem no processo de desenvolvimento.

Mais uma vez, a Presidência enfatizou que o Cadastro ainda está em desenvolvimento e que muitas dúvidas não poderiam ser esclarecidas naquele momento, sugerindo então uma reunião para tratar apenas desse assunto quando o Cadastro estiver com seu desenvolvimento mais avançado.

A Presidência solicitou, com isso a finalização dos debates, visto o avançado da hora e o fato de, segundo a presidenta, a conselheira Barbara ter excedido seu tempo de fala, além do fato de ter-se escolhido o término da sessão para a eleição, e foi interpelada pelos membros do conselho como se tivesse cerceado a palavra à conselheira. O conselho argumentou que não havia sido excedido o tempo. A conselheira Nicole Mahier afirmou que a presidenta estava se alterando, no que foi contestada, pois pareceu a ela que a discussão se alongaria sem que houvesse desfecho.

2.5. Eleição da nova presidência e vice-presidência.

A Presidência proferiu seu voto e, por questões de ordem pessoal, precisou se ausentar, solicitando à Vice-Presidência que conduzisse a eleição dali em diante, encerrando sua participação.

Conduzindo o processo de votação a Vice-Presidência informou que se candidataram até o final da reunião os conselheiros André Sardão e Gil Santos, que receberam, respectivamente, 6 (seis) e 2 (dois) votos. Sendo assim o conselheiro André Sardão foi eleito para a Presidência do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+ para o ano de 2022. Para a vice-presidência, houve candidatura única da conselheira Fe Maidel, que recebeu 3 (três) votos e foi eleita para a Vice-Presidência do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+ para o ano de 2022.

Após a saída da Presidenta da reunião, vários comentários foram externados pela conselheira Nicole Mahier, afirmando que a presidenta agiu de maneira “grosseira”, “reativa”, “que samba na cabeça das pessoas”, e que só não falou antes pois “ela estava como presidenta” e que “a partir de agora não iria mais admitir isso”.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.

Antes da finalização da reunião, o Vice-Presidente passou a palavra ao cidadão Gedilson Santos (Ghê), que por problemas técnicos não conseguiu falar, e também ao cidadão Leandro Lago, que em sua fala enfatizou a centralidade do conflito e da comunicação no processo democrático.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas:
- b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit – Titular
- c) Segmento de Mulheres Bissexuais: Adriana Silva - Titular
- d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão – Titular
- e) Segmento de Mulheres Travestis:
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira – Titular
- g) Segmento de homens transexuais:
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro – Representante Titular

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- b) Secretaria Municipal da Saúde: Tania Regina Correa de Souza
- c) Secretaria Municipal de Habitação
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana
- e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari
- g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro
- h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo

Ata produzida pela Secretaria do Conselho Municipal de Políticas para LGBTI,

Reginaldo Machado (RF 888.782-9)